3 A DINÂMICA DE CONFLITOS E MOBILIZAÇÕES SOCIAIS

DOI: 10.48006/978-65-87289-17-5-9

MOBILIZAÇÃO SOCIAL, REFORMA AGRÁRIA E SEUS IMPASSES NO SUL E SUDESTE PARAENSE

IGOR ROLEMBERG[1]

INTRODUÇÃO

No dia seguinte à minha chegada para a primeira etapa do trabalho de campo em 2014, quando ia começar a conhecer Marabá, fui encontrar Sula[2], agente[3] da pastoral da terra, com quem já havia trocado algumas mensagens. Ela já sabia do meu interesse à época em estudar a proteção a militantes ameaçados de morte. Entabulamos uma conversa e, naquele momento em que lhe cabia apresentar a região para um recém-chegado, elencou telegraficamente duas informações que lhe pareceram essenciais para eu saber de pronto, e, acredito, ter sempre em mente no desenrolar do meu trabalho: "É a região com mais assentamentos de reforma agrária no Brasil", disse, fazendo uma breve pausa enfática, para completar logo em seguida: "uma das que mais têm lideranças assassinadas também". Pela sua exposição, ficava claro que as duas sentenças eram indissociáveis.

A região do sul e sudeste do Pará faz parte do que se convencionou chamar de "Amazônia oriental", junto ao nordeste do Mato Grosso, Tocantins (antigo "norte de Goiás") e leste do Maranhão. Sua particularidade em rela-

1 Antropólogo, doutorando em Ciências Sociais, pela École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris (EHESS), em cotutela com o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional (MN) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: rolemberg.igor@gmail.com.

2 Os nomes dos agentes de pastoral ainda em atuação são todos fictícios.

3 Ao longo de todo o texto, sempre que o termo "agente" aparecer, ele se refere a "agente de pastoral", e nunca a agente no sentido sociológico do termo. Quando eu emprego um conceito sociológico para me referir às pessoas participando das situações analisadas etnograficamente, eu falo, então, de "atores".

ção à "Amazônia ocidental" está na intensidade com que recebeu primeiro as frentes de expansão do século XX, ao longo dos anos 50, 60 e 70, acarretando uma multiplicação de disputas pela posse da terra entre diferentes atores: populações indígenas, posseiros, trabalhadores em aviamento, empresas agropecuárias, mineradoras, dentre outros. Foi desenvolvida bibliografia abundante em torno do assunto, com trabalhos clássicos (DA MATTA & LARAIA, 1978; ESTERCI, 1987; HEBETTE, 1986; IANNI, 1978; MARTINS, 1980, 1996; VELHO, 1973) e outros mais recentes (AFONSO, 2015; ALMEIDA, 2006; ASSIS, 2007; PEREIRA, 2015; PETIT, 2003). Foi aí que se concentraram os projetos de modernização autoritária da ditadura civil-militar, que tornaram aguda a competição no acesso e redistribuição de terras. Essas disputas ganharam a forma de problemas públicos (CEFAÏ, 1996; GUSFIELD, 2009; HENRY, 2009), notadamente dois, *reforma agrária* e *violência no campo*[4], que atravessaram as décadas e receberam diferentes contornos, à medida que se estruturavam processos locais de mobilização social[5].

Segundo as estatísticas oficiais do Painel de Assentamentos do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), atualizadas até 31 de dezembro de 2017, a superintendência regional de Marabá, cujo território abrange o sul e sudeste paraense, tinha sob sua responsabilidade 514 assentamentos, totalizando 4.282.244,54 ha, e uma população de 72.162 famílias. Se isso não lhe garante, em números absolutos, ser a região no Brasil com maior número de assentamentos, superada pela superintendência do Maranhão com 1.028 deles, o sul e sudeste paraense constituem o território com maior número deles considerando-se a Amazônia legal – e, portanto, nem todo o estado do Maranhão. Permanece a ênfase que Sula deu à singularidade dessa região. Além disso, é a região hoje no estado do Pará não só com maior número de assentamentos, mas também de ocupações de terra, tor

4 Utilizo itálico para conceitos êmicos, aspas duplas para citar relatos de meus interlocutores de pesquisa, e aspas simples para enfatizar alguns conceitos analíticos.

5 'Mobilização social' é categoria analítica e a defino como conjunto de ações posto em prática por diferentes atores visando a formulação de um problema público, através de processos de comunicação e associação que constituem coletivos (DEWEY, 2001).

nando-a, em toda a Amazônia, o espaço que mais concentra *sem-terra* – categoria local para designar todo ocupante, independentemente de fazer parte ou não do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) [6], e onde este movimento social tem maior número de participantes nos estados da região Norte.

O sul e sudeste paraense ainda integram a região que ficou conhecida por eventos emblemáticos da violência no campo, como o Massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996, ou, mais recentemente, o Massacre de Pau d'Arco, em 2017. Sobre conflitos de terra, mortes, agressões e ameaças motivadas por disputas possessórias, não há estatísticas oficiais no Brasil. Os registros relativos a essas situações são produzidos majoritariamente pelo centro de documentação de um organismo confessional vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), o Cedoc Dom Tomás Balduíno da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Se os números não são exaustivos ou imunes de críticas pontuais, eles apontam em anos consecutivos a Amazônia como a região do país que mais concentra conflitos no campo, e o sul e o sudeste paraenses como a região com maior número de casos dentro da Amazônia[7].

6 Não há estatísticas oficiais sobre ocupações de terra e acampamentos no país. As ouvidorias agrárias de cada superintendência do Incra têm listas de áreas em conflito, mas esses dados não são públicos. O Centro de Documentação Dom Tomas Balduíno, da CPT, é a única instituição que busca quantificá-las, discriminando inclusive por estado as novas ocupações e os acampamentos que surgem a cada ano, utilizando como fontes as informações coletadas por agentes de campo da pastoral, em suas diferentes equipes, além de notícias de jornal e trabalhos acadêmicos. Para mais detalhes, ver a nota metodológica presente em cada edição do "Caderno de Conflitos no Campo". Numa série temporal dos anos 1990 até 2017, os municípios do sul e sudeste paraense aparecem com maior concentração de ocupações antigas e novas comparado a outras regiões do mesmo estado.

7 Tomando-se o número de assassinatos de trabalhadores rurais, lideranças ou não, decorrentes de disputa pela posse da terra, o sul e sudeste paraense, em relação às outras regiões do Pará, concentravam: oito dos nove assassinatos (8/9) em 2014; 17/19 em 2015; 3/6 em 2016; 19/22 em 2017; 4/16 em 2018; e 9/12 em 2019. Para uma série histórica ampla sobre assassinatos no sul e sudeste paraense, comparando-se a outras regiões do estado, ver Afonso (2016: 49). Ainda podem ser incorporados no comparativo dados sobre tentativas de assassinado e ameaçados, segundo as tabelas construídas nos relatórios anuais "Conflitos no Campo" da CPT.

É nesse quadro que acontece o processo local de mobilização social por acesso e repartição de terras (*reforma agrária*) e denúncias de assassinatos, agressões e ameaças contra trabalhadores rurais (*violência no campo*). E é nesse espaço que agentes da CPT de Marabá e Xinguara desenvolvem seu trabalho de assessoria a comunidades rurais em áreas de disputa coletiva pela posse da terra, desde 1975. Atualmente, venho pesquisando sobre o serviço e trabalho de base realizados pelos agentes de pastorais. Se meus interlocutores são, para uma certa bibliografia especializada (ALMEIDA, 1993; PEREIRA, 2008), mediadores entre o mundo das ocupações e o das agências estatais, paraestatais e não governamentais, eles são também bons conhecedores, muitos deles pertencentes a diferentes gerações de atores, testemunhas e analistas dos processos locais. Essa dimensão nos fornece chaves importantes para compreender as duas singularidades que Sula apontou em nosso primeiro encontro.

Neste trabalho me concentrarei nas transformações no processo de mobilização social em torno do acesso e da repartição de terras na região, segundo os relatos desses mediadores – termo a ser esclarecido[8]. Parto do diagnóstico que encontrei quando comecei a etnografia: fragilização da luta. Descrevo o entendimento dos agentes sobre o termo e retraço uma historicidade nativa, formas de classificação locais de períodos e suas caracterizações, o que permitirá destacar dois pontos: as razões para o enquadramento atual de fragilidade na mobilização e o papel de mediadores do catolicismo social na organização local de um espaço de movimentos sociais (MATHIEU, 2012). Por fim, vale lembrar que exercícios de memória envolvem preocupações presentes (HALBWACHS, 2004). Defendo que uma atenção etnográfica a eles

8 Considero pertinente a distinção que fez Latour (2006) entre mediadores e intermediários. Enquanto os segundos conectam dois elementos fazendo passar a mensagem de um para outro sem transformação, como se fosse um filtro neutro, os primeiros não apenas permitem a comunicação entre elementos distantes (imaginemos: ocupações de terra, por um lado, e agências estatais, por outro) como interferem na mensagem a ser comunicada. Agentes de pastoral não são mediadores neutros. Embora definam o que fazem como assessoria e não considerem fazer parte de um movimento, eles, ao mesmo tempo, reconhecem que tomam lado e não se encaixam na figura de um terceiro intermediário neutro.

ajuda a compreender como vêm sendo apagadas as condições necessárias para a realização de uma política contestatória, o que nos leva a entender os impasses da reforma agrária na região e para além dela. Em outras palavras, por que a demanda por reforma agrária vem se tornando menos audível.

O MUNDO DAS OCUPAÇÕES E ACAMPAMENTOS NOS ÚLTIMOS ANOS

> Chego na (*sic*) CPT pela manhã, e uma das coisas que eu precisava saber era: quantos e quais acampamentos são acompanhados pela pastoral. (...). Sento para conversar com Lúcio que me passa uma lista. (...). O que significa que os agentes de pastoral fazem visitas a essas áreas uma ou duas vezes ao mês para "fazer assessoria". O que significa isso? Significa basicamente ajudar na organização interna do acampamento/assentamento. E Lúcio me explica: ajudar a criar a associação, a fazer a formação das pessoas, a fazer assembleias pra "tirar diretoria", formação dos diretores para que eles saibam como fazer a gestão dos créditos que chegam até a associação, etc. Pergunto sobre a importância da associação: "É obrigatório criá-la segundo o regulamento do Incra?", pergunto eu. Lúcio me diz que sim, porque é por meio dela que se pode acessar o crédito repassado pelo INCRA. Ele me cita 3 tipos de créditos: (i) fomento; (ii) habitação; (iii) apoio.
>
> Lúcio especifica ainda que essas são apenas áreas de acompanhamento mais permanente, e que a CPT, às vezes, acompanha outras áreas ("se chegar uma emergência, de um conflito mais latente"). Sobre os conflitos, ele faz uma distinção entre os conflitos presentes nas áreas de acampamento e nas áreas de assentamento. Nos acampamentos é onde os conflitos por terra são mais presentes, com seguranças da fazenda. Nos assentamentos, os conflitos são mais internos, disputas pela diretoria, entre lotes vizinhos demarcados, "quando há um incêndio acidental" (um dos exemplos que ele me dá), etc.
>
> Falando um pouco do histórico, Lúcio me diz que o número de assentamentos foi maior no governo Fernando Henrique Cardoso que no governo Lula e Dilma – conferir números no MDA – e que no ano passado só se lembra de 1 assentamento criado na região, ao passo que existem muitos

> acampamentos e ocupações há 10/12 anos, e que não viraram assentamentos. "Tudo isso cria um desgaste em área de ocupação".
> Depois a gente passa a discutir a questão da mobilização. Ele diz que diminuiu muito a mobilização, a "capacidade de fazer pressão no governo", durante o governo Lula. "Antigamente, a gente batia palma e colocava 7 mil, 8 mil, na porta do Incra para mobilização. Hoje...". Pergunto se a quantidade de acampamentos também caiu, acompanhando a queda na criação de assentamentos. Inicialmente ele me diz que não. Entretanto, logo depois, pensando melhor, ele reconhece que nos últimos anos só o acampamento Frei Henri foi criado pelo MST. "Acampamento gerenciado pelos sindicatos, só os mais antigos mesmo". [Notas do diário de campo: 10 de abril de 2014.]
> ***

No sul e sudeste do Pará existem basicamente dois tipos de *acampamento* e *ocupação*: os organizados pelos sindicatos dos trabalhadores rurais, filiados à Fetagri[9] ou à Fetraf[10], e os coordenados pelo MST. Um e outro têm processos de formação muito distintos. Em menor número, há os que são representados pela LCP (Liga dos Camponeses Pobres) e FNL (Frente Nacional de Luta) e os que não têm relação nem com sindicatos nem com movimentos, mas contam com assessorias jurídicas privadas. As histórias de nascimento das ocupações, contadas por lideranças e assessores, em encontros e reuniões, nos levam a dois tipos ideais: (1) os acampamentos do MST são planejados por uma coordenação estadual, escolhendo-se previamente o município e a fazenda, o dia e a hora da ocupação, a partir de uma seleção de famílias por um trabalho de base nas periferias de áreas urbanas, e na zona rural, com assalariados agrícolas, com pessoas de outros acampamentos e ocupações na iminência de despejos, e ainda com a rede de parentes, amigos e conhecidos a eles ligados. (2) Já com as áreas de ocupação coordenada pelos sindicatos, o processo é inverso: geralmente um grupo de famílias, marcadas por rela-

9 Federação dos Trabalhadores na Agricultura

10 Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar

ção de vizinhança ou amizade, fica sabendo – os rumores desempenham um papel fundamental – de uma área de terra com chance de ser ganha. Não há informações precisas sobre a terra – se é devoluta e vai ser arrecadada, ou se é privada com chances de ser desapropriada – no momento da ocupação. Depois de estabelecidos, alguns desses grupos vão à procura de apoio do sindicato, ou o próprio sindicato lhes oferece essa possibilidade.

O batismo desses acampamentos é também diverso. Os do MST levam nomes como "Hugo Chavez" (em Marabá), "Helenira Rezende" (em Marabá), "Frei Henri des Rosiers" (em Curionópolis)" ou "Dalcídio Jurandir" (em Eldorado dos Carajás), homenageando mártires ou personalidades identificadas com a *luta pela terra* ou o *socialismo* . Eles constam em placas grandes com o símbolo do movimento, instaladas ao lado de uma guarita, que fica à entrada dos acampamentos para quem vem da estrada principal. Os nomes de acampamentos de sindicatos costumam ser do universo cristão, católico ou evangélico, tal como o acampamento "Deus é Fiel", "Deus te Ama" e "Raio de Luz", dentre outros.

É claro que, entre esses dois tipos ideais destacados acima, existe uma variedade grande de situações que combinam elementos de um e outro tipo, como pude perceber visitando diferentes *comunidades* – 13, no total – durante o trabalho de campo. Há diversidade, portanto, (i) nas formas de constituição de um acampamento, (ii) na composição social de seus participantes, (iii) nas formas de organizar a representação do grupo, (iv) na ecologia material do espaço, da infraestrutura; (v) nas atividades de produção agrícola e das relações de trabalho; (vi) no grau de tensão com os adversários (empresas agropecuárias, da mineração, da siderurgia, de fazendeiros etc.), dentre outros.

Nas áreas de sindicato, os grupos tendem a formar uma associação e a elegerem uma diretoria, com presidente/a, vice-presidente/a e tesoureiro/a. Não tive, desde a minha chegada, e durante os últimos cinco anos em que visito a região, a chance de observar a criação de uma associação, por conta da antiguidade das ocupações de terra acompanhadas pela CPT. O que observei é que existem dois momentos muito diferentes na vida associativa: o *acampamento* e a *ocupação*. Embora uma e outra dessas concepções nativas

entrem na categoria analítica 'ocupação de terra', elas portam definições diferentes.

Acampamento é a modalidade de ocupação inicial, com as famílias morando em barracos, uns pertos dos outros, à beira da estrada ou perto da sede da fazenda, uma configuração espacial próxima das *beiras* entre os posseiros do Araguaia paraense, identificadas por Otávio Velho (2013). Nos *acampamentos*, há pouco espaço para cultivar a roça, que geralmente é feita no fundo dos barracos. Uma ocupação se caracteriza "quando o povo vai pra dentro e corta os lotes", especificou Zé Luiz, agente de pastoral, que já participou com seu irmão, hoje assentado, de uma ocupação de terra em Marabá. A ocupação se dá geralmente numa fase posterior. De acordo com esse esquema, uma ocupação de terra bem-sucedida é aquela que completa a transição *acampamento* → *ocupação* → *assentamento*, ou, melhor ainda, *acampamento* → *assentamento*. No entanto, os agentes da CPT observam que a fase do acampamento vem sendo há algum tempo encurtada, ou mesmo suprimida, quando se realiza uma ocupação de terra, passando a existir apenas a vila, com espaços de sociabilidade comuns: mercado, bar, escola, igrejas e barracão.

Já os acampamentos do MST tendem a uma forma de organização padronizada, que as coordenações estaduais e nacionais buscam reproduzir em cada localidade, baseada em comissões criadas por assunto – educação, saúde, disciplina, segurança e outros – e núcleos de base, que agrupam famílias e barracos dentro de um espaç o geográfico: nos assentamentos, os que pertencem à mesma estrada vicinal; nos *acampamentos* , os que pertencem à mesma rua. Nas comissões, existem representantes de diferentes núcleos de base, e cada comissão sorteia um coordenador que vai compor o grupo da coordenação geral. Assim, o movimento procura implicar o máximo de pessoas nas deliberações coletivas. Mais uma vez: existem muitas variações possíveis a ocorrer dentro dessa forma, a exemplo das variações estruturais na "forma como moldura" das aldeias de Bali descritas por Geertz (1959). Essa tipologia, se não é espelho da realidade, não é tampouco um falseamento dela, na medida em que orienta ações e expectativas daqueles que participam e, sobretudo, protagonizam o processo de organização.

Na fase de *ocupação*, quando as pessoas estão *em cima dos lotes*, é mais difícil reunir-se, seja por uma questão ecológica, relativa ao espaço – as pessoas estão mais dispersas, encontram-se menos, e a comunicação é mais difícil –, seja pelo ciclo de vida de uma coletividade como essa, cuja configuração tende a se alterar ao longo do tempo, com pessoas que *vendem os direitos* – expressão utilizada para a venda de lote dentro da *ocupação* – para outras pessoas, mudando-se frequentemente a composição.

As ocupações de terra são mundos sociais na medida em que são espaços carregados de histórias e socialidades onde estão implicadas pessoas, metapessoas, objetos (PINA-CABRAL, 2014), cujas ações se comunicam e ganham sentido a partir de um universo de discurso compartilhado que vincula os atores e está aberto a transformações. Minha pesquisa de campo não é sobre o mundo das ocupações de terra, que só acessei nas visitas em companhia dos agentes de pastoral, mas como esses últimos interagem nesse mundo, a ele se endereçam e nele buscam agir e fazer agir.

De todo modo, o que Lúcio sugeriu na conversa parcialmente apresentada acima é o esgarçamento da sociabilidade nesses mundos sociais. O ciclo de vida das *ocupações* e dos *acampamentos* tem aumentado sem que se completem as etapas para criação de assentamento. Isso cria um desgaste, que, como veremos, está associado à acentuação das situações de sofrimento e incerteza: sem saída administrativa, com ameaça de reintegração judicial de posse, e conflitos com a segurança armada da fazenda, é difícil, por exemplo, garantir a longo termo produção na roça e, assim, a reprodução da vida material; com a mudança de vizinhos nos lotes, pelo abandono e/ou venda de direitos, é a reprodução dos laços de solidariedade que está ameaçada. Situações do tipo deixam os participantes de ocupações ainda mais sujeitos à dependência de atores como madeireiros, grileiros, garimpeiros, fazendeiros[11], o que evidentemente dificulta o estabelecimento de uma mobilização

11 Renata Lacerda, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ, vem desenvolvendo a descrição e a análise deste fenômeno para os assentamentos de Novo Progresso no Pará. Agradeço a ela por chamar atenção para a categoria *abandono*, que, de fato, está presente neste e em muitos outros contextos etnográficos.

social contestatória que reivindique direitos, como desejam, dentre outros, os agentes de pastoral.

A HISTORICIDADE LOCAL: TRANSFORMAÇÕES NO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Nesse sentido, é importante atentar como os agentes de pastoral percebem não só a diversidade dos acampamentos e ocupações, onde se desenvolve o trabalho de base, como as mudanças que sofreram no curso do tempo. Ao longo da pesquisa etnográfica, fui confrontado com diferentes classificações de períodos e marcos temporais, formas locais de produzir a historicidade[12] do processo de mobilização social na região. Assim, eram frequentes as referências a (1) "tempo da 20" ou "tempo em que se fazia a luta atrás do toco", que corresponde aos anos 1970 e 1980; (2) chegada do MST no início dos anos 1990; (3) Massacre de Eldorado dos Carajás; (4) fragilização dos movimentos sociais, a partir dos anos 2000.

As histórias de enfrentamento direto dos posseiros[13] contra homens armados a serviço de fazendeiros ou empresas agropecuárias são geralmente referidas "ao tempo da 20", que leva o nome da arma mais usada por posseiros. Trata-se de um período associado ao esvaziamento das formas oficiais de representação (sindicatos), então geridos por interventores aprovados

12 As avaliações sobre a ação do tempo podem ser acessadas não apenas através dos relatos dos agentes, produzidos em diversas situações interacionais, como também nos documentos (notas públicas, relatórios de atividades, fichas de conflitos e, mais ocasionalmente, relatos escritos) que elaboram sobre os conflitos que acompanham, ou sobre seu próprio trabalho, com graus diferentes de publicidade, e que via de regra armazenam nos arquivos dos escritórios das equipes locais. Consultei documentos nos arquivos das equipes de Xinguara e Marabá, e os presentes no Centro de Documentação Nacional Dom Tomás Balduíno, em Goiânia.

13 Categoria utilizada para se referir aos trabalhadores migrantes envolvidos na colheita da castanha, durante o inverno, e do garimpo, durante o verão, que se estabeleciam nas sobras de terra dos antigos castanhais (hoje, convertidos em fazendas agropecuárias), e aos participantes das frentes de expansão (MARTINS, 1996) e os que se estabeleceram no rastro da abertura de estradas e empreendimentos de colonização oficial. Para um estudo da categoria de posseiro na área do sudeste paraense, ver Gutemberg Guerra (2013).

pelo governo federal com atuação assistencialista, quando o *trabalho de base* se concentrou no apoio à formação de oposições sindicais. Abrange igualmente a época de ocupação das "sobras da terra" dos antigos castanhais e do estabelecimento de trabalhadores migrantes em áreas de fazendas ou terras devolutas, acompanhando o movimento de aberturas de estradas e da colonização oficial. E é associado à militarização da questão agrária – substituição do Incra pelo Getat (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins) – e às formas ainda embrionárias de produção de reivindicações para um público maior que superasse a escala da própria área de disputa, muito embora os agentes de pastoral tenham registrado e feito circular, durante todo o período, informações dos conflitos para atores estatais e não estatais, sendo esse trabalho de denúncia um dos elementos mais destacados da mediação no período. Um tempo em que "entrincheirar era uma necessidade da época, né... Ali só tinha praticamente teus companheiros do lado; hoje, a gente conta com advogado, com diversas instituições, como a universidade etc."[14], onde se fazia "a roça por detrás dos paus, com metade dos homens trabalhando e metade vigiando"[15]

A chegada do MST à Amazônia oriental foi associada, assim como em outras regiões, como no Nordeste, à vinda da 'forma acampamento' (SIGAUD, 2000), responsável pela emergência de um novo sujeito, o *sem-terra*, enquanto entrava em declínio o *posseiro* (PEREIRA, 2015). O acampamento como linguagem reivindicatória visa a alterar o regime de visibilidade das demandas pelo acesso à terra. Em tese, trata-se de sair de um conflito com o fazendeiro e responsabilizar o Estado. São necessários ainda trabalhos históricos que ofereçam uma descrição detalhada sobre o modo como essa forma de ação foi se tornando inteligível para os atores locais, porque ela nada tinha de óbvia. A reação na chegada foi de espanto:

14 Intervenção de Antonio Gomes de Souza, Pipira, dirigente da Fetagri do sudeste do Pará, em evento organizado pela Unifesspa (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará) em abril de 2017.

15 Intervenção de Emmanuel Wambergue, o Manu, primeiro coordenador da CPT de Marabá, em evento organizado pela Unifesspa (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará) em abril de 2017.

> (...) [q]uando eles chegaram dizendo que o povo agora ia acampar, com barracos e lona preta, todo mundo junto, na beira da estrada, ou perto da sede da fazenda, nós dissemos "isso não tem como dar certo". A luta pela terra na nossa região sempre foi o com o povo dentro da terra, com os lotes repartidos. E uma luta que se travava muitas vezes na mata, os posseiros atrás do toco, era muita violência. Esse povo acampado, tudo junto, não tem como se defender, vai facilitar a ação dos pistoleiros, a gente pensava [Trecho de entrevista com um ex-agente de pastoral da década de 1980, outubro de 2017.]

Essa 'forma acampamento' se difundiu e passou a ser adotada por grupos *acompanhados* também pelos sindicatos, embora o tempo de sua adoção tenha sido encurtado, ou mesmo suprimido, já nas últimas ocupações de terra que a CPT vem registrando. André Carlos Rocha (2015), militante do MST na região, definiu o período da luta *posseira*, como marcado pela tríade homem-arma-lote, enquanto a linguagem reivindicatória dos acampamentos seria a dos conflitos institucionais[16].

O Massacre de Eldorado dos Carajás é muitas vezes descrito como evento crítico, de ruptura na continuidade temporal, pela mudança no ambiente institucional que provocou. Depois do massacre, foram criadas uma superintendência do Incra apenas para a região sul e sudeste do Pará, uma vara da justiça federal, uma vara especializada em questão agrária na justiça estadual e uma procuradoria do Ministério Público Federal. Após o massacre, cresceu o número de assentamentos criados na região (ver Gráfico 1, abaixo) e os anos seguintes foram descritos como o período de uma mobilização social mais intensa, das grandes ocupações do prédio do Incra (também chamada de "grandes acampamentos"), com sete mil, oito mil pessoas, como narrou

16 Efetivamente, esse tipo de ação coletiva chegou a pautar a forma como as agências estatais agiam na gestão da reforma agrária, como sublinhou Sigaud (2005: 270): "pode-se afirmar que os movimentos têm fornecido as diretrizes para a política do Estado brasileiro em relação à questão fundiária: as fazendas desapropriadas são aquelas que foram ocupadas. Basta cotejar as listas de desapropriações feitas nos últimos três governos (Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Lula), e fornecidas pelo Incra, com as das ocupações e dos acampamentos, fornecidas pelos movimentos para constatar a relação estreita entre desapropriaçõ es e ocupações".

Lúcio, acima, o que implicava a participação conjunta de integrantes de diferentes ocupações de terra, tanto do MST como dos sindicatos[17]. Vale notar também que, em 2005, observou-se o aumento expressivo no número de novos assentamentos, após o assassinato, no município de Anapu, da missionária e agente da CPT Dorothy Stang.

Gráfico 1: Número de assentamentos criados pela Superintendência 27 – sul e sudeste do Pará

Fonte: Painel de Assentamentos do Incra, disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>, consultado em 15 de maio de 2020. Organizado pelo autor.

O período em que realizei a minha etnografia, desde 2014, é descrito pelos agentes como de fragilização dos movimentos sociais, e de uma mobilização menos forte, menos intensa, que os agentes, aliás, não equacionam com a diminuição dos conflitos. Pelo contrário: o que preocupa muitos deles é que as disputas pela posse da terra não necessariamente diminuem, enquanto que a capacidade de vocalização de demandas e de recepção para encaminhamento é reduzida ou atenuada.

17 A partir do primeiro "grande acampamento", os sindicatos e movimentos sociais obtiveram o direito de participar da programação orçamentária do Incra. Uma boa fonte documental para observar esse processo são os relatórios de atividades da CPT, as notícias vinculadas nos periódicos da região, e as notas públicas lançadas à época. Para uma análise dos "grandes acampamentos" na região, ver Assis (2009).

Já em 2014, as ocupações de terra acompanhadas pela CPT tinham entre 5 a 12 anos de existência. Nos últimos anos em que frequentei a região, das áreas acompanhadas, vi surgir apenas uma nova ocupação no município de Marabá (o acampamento Hugo Chavez, do MST, criado em junho de 2014). O fato de haver ocupações cada vez mais antigas e nenhuma nova é indício de fraqueza na mobilização. É claro que há as ocupações apoiadas pela Fetraf, que a CPT não acompanha, além de várias outras, classificadas localmente como "espontâneas", embora não o sejam, segundo reconhecem os próprios agentes, mas são assim chamadas por não estarem vinculadas nem à Fetagri nem ao MST. Que a Fetagri, ainda a maior federação sindical da região, e o MST, o maior movimento social presente ali, não organizem novas ocupações é um indicador da atual capacidade de ação desses atores.

Por outro lado, o aumento no tempo de vida das ocupações de terra existentes, sem que se vislumbre uma resposta, com a criação de um assentamento, é propício ao aumento de incertezas que precisam ser administradas. Com isso, tendem a crescer as chances de abandono da terra e as consequentes operações de compra e venda de lotes, provocando uma constante alteração na composição do grupo, com a chegada e saída de integrantes. Isso, além de dificultar a continuidade de um *trabalho de base*, é ela própria fator de retroalimentação de incertezas, pela abertura ao desconhecido que a venda de lotes ocasiona: não se sabe de antemão o perfil de quem compra, nem como o adquirente vai integrar o grupo. Agentes de pastoral veem o fenômeno como fonte de conflitos internos, e responsabilizam as agências estatais, seja o Judiciário, seja o Incra, pela demora em agir.

Em resumo, meu trabalho de campo se desenvolve num período que os agentes da CPT classificam e caracterizam como de frágil mobilização. Ao fazê-lo, eles se engajam numa investigação da realidade: precisam, por uma questão de inteligibilidade, definir razões e causas do fenômeno – que, até se estabilizarem em uma narrativa, estão abertas a controvérsias – e também estabelecer responsabilidades, imaginar roteiros ou alternativas a esse enquadramento (CEFAI, 2017), de modo a regular ou suprimir a situação problemática (*idem*, *ibidem*), ou fazer advir um novo mundo a partir daí – e não

é demais lembrar que na matriz religiosa dos agentes da CPT, a preocupação não é só com a *denúncia*, mas também com o *anúncio*.

HIPÓTESES DA FRAGILIZAÇÃO

A fragilização no processo de mobilização é associada, sobretudo, aos sindicatos (STTRs), mais do que ao MST. Nas visitas em que fiz a muitas sedes de STTRs, em companhia dos agentes, havia muitas reclamações de que as pessoas das ocupações não estavam "em dia", e que suas sedes haviam se tornado apenas um balcão para aposentadoria rural e outros benefícios sociais. A capacidade de *acompanhar* as diferentes áreas de ocupação e oferecer *apoio* foi reduzida a partir dos anos 2000. Os agentes da CPT, confrontados com essa situação, oferecem diversos diagnósticos. Afonso, que tem uma interlocução com lideranças sindicais da região desde 1996, atribui as seguintes razões, num trabalho acadêmico (AFONSO, 2016: 109-110):

> Os recursos liberados junto ao INCRA, a partir de meados da década de 1990, para as famílias assentadas, exigiam para sua aplicação a existência de uma pessoa jurídica, no caso uma associação, que representasse as famílias beneficiadas. O crescimento do número de assentamentos [após o massacre de Eldorado dos Carajás] e as crescentes conquistas de benefícios através das ações de massa, provocou uma corrida pela criação das associações e uma disputa pelo controle das mesmas. [...]. Com tantas associações criadas, a FETAGRI não tinha qualquer condição de acompanhar todas elas e nem de fazer trabalho de formação para manter o vínculo destas com a Federação. Além disso, a proliferação das associações provocou mudanças na estrutura organizativa dos STRs. [...]. Ocorre que os recursos conquistados não atendiam as demandas de todos os assentamentos e muitas associações voltavam insatisfeitas para suas localidades. Outro aspecto a ser considerado é que, no final do governo de FHC, servidores do INCRA passaram a incentivar a criação de grupos de associações independentes, denominadas de Centrais de Associações como forma de enfraquecer a capacidade de mobilização do sindicalismo e do MST. As

> Centrais de Associações eram contrárias ao sindicalismo ligado à FETAGRI e se propunham a construir outra estrutura em oposição ao sistema CONTAG.

As associações substituíram as antigas delegacias sindicais, que garantiam uma interlocução mais próxima com o sindicato, na sede do município. Uma vez que as ocupações de terra ocorrem primeiramente a partir da formação de um grupo que *entra na terra* e só depois vai buscar *apoio*, a associação é criada, então, antes mesmo de o grupo estabelecer uma comunicação com o sindicato, que, por sua vez, não tem condições de realizar periodicamente reuniões de *acompanhamento* com o grupo. É de se notar que, nas áreas do MST, não há associações em fase de *acampamento* ou *ocupação*. Elas costumam ser criadas depois que se constitui o assentamento.

Assim, quando a CPT vai fazer o *acompanhamento*, ou seja, (i) *trabalho de base* (formação), (ii) assessoria jurídica e (iii) assessoria para produção na roça, de alguma área que tenha apoio do sindicato, significa que o desafio é maior. São áreas mais expostas às incertezas, o que dificulta a concretização de algumas condições de sucesso para uma ação reivindicatória legítima e eficaz: a permanência na terra, a produção na roça, a participação nas reuniões na ocupação e fora dela, nas ações coletivas como manifestações, marchas, caminhadas, romarias etc.

Ainda sobre as associações, circulam muitas histórias de processos judiciais contra elas e seus representantes, inclusive por desvio de dinheiro público (crédito de fomento à produção, à habitação e outros). No trecho acima, Lúcio já comentava:

> (...) foi o FHC que passou para associações dos assentamentos a gestão do crédito, que antes era feita pelo Incra. Mas, quando você faz isso, e não faz formação com os assentamentos, dá merda, porque eles não conseguem fazer a gestão dos recursos, a associação entra em inadimplência etc.

Essas histórias concernem às associações de assentamento, porque as que são criadas em ocupações de terra não podem ainda acessar esses créditos. Mas a má reputação construída para as de assentamento circula para as de acampamento, e encontram uma ancoragem entre os integrantes de ocupações.

Por outro lado, na época em que a ouvidoria do Incra ainda prestava serviço de assistência social, de distribuição de cestas básicas a famílias acampadas (o que ocorreu até 2016), as associações de *acampamentos* e *ocupações* tinham então a atribuição de gerir as cestas a serem redistribuídas, o que frequentemente era objeto de disputa entre os ocupantes e a diretoria. Tenho uma descrição de uma visita que fiz em 2015, quando trabalhei como agente da CPT, a uma área onde um grupo de integrantes afirmava não só a desconfiança sobre a justiça no processo de repartição, como também questionava os critérios a serem empregados na distribuição. Nesse mesmo sentido, em meus cadernos, há uma diversidade de situações onde acampados ou ocupantes manifestaram a desconfiança em relação a lideranças, permitindo-nos inferir a instabilidade do chefe nesse mundo, pelas recorrentes críticas à autoridade que se pode observar.

Minha hipótese é que essa desconfiança está ligada à circulação de histórias, rumores e fofocas, que têm uma repercussão ainda mais intensa em contextos de sofrimento e incertezas[18]. Conversando com agentes de pastoral, pude inferir como a circulação dessas histórias às vezes é abrangente em escala. O tema mais recorrente é o das suspeitas de que presidentes ou diretores de associações ou sindicatos estejam negociando extrajudicialmente com o fazendeiro para auferir ganhos. Um dos valores que está em jogo é a publicidade. Ora, um dos critérios definidores do *acompanhamento* é que as deliberações e negociações, judiciais ou extrajudiciais, por via administrativa (quando havia, por exemplo, as audiências da Ouvidoria Agrária Nacional), sobretudo quando concerne ao destino do grupo de famílias em

18 É o que vem sendo observado também em contextos urbanos de mobilização social, como demonstraram Guterres (2016) e Menezes (2014).

ocupações, sejam públicas. É comum a pastoral se recusar a acompanhar determinadas áreas em conflito por ter suspeitas, e às vezes mesmo provas, de que o processo de tomada de decisão sobre a continuidade das ocupações não seja transparente.

Embora os critérios empregados nesses processos de deliberação sobre o *acompanhamento* sejam mais complexos, para além da publicidade, interessa-me destacar ao menos isso: a desconfiança dos integrantes das ocupações em relação às lideranças põe um dilema prático (um dentre outros que mencionarei a seguir) à realização do trabalho de assessoria promovido pelos agentes, já que as lideranças costumam ser interlocutores privilegiados no processo de *acompanhamento* , incumbidos de garantir a coesão do grupo e coibir práticas – por exemplo: desmatamento, venda de lotes – de alguns integrantes que possam prejudicar o andamento do processo reivindicatório nas agências estatais. Isso leva os agentes a estarem atentos sobre as condutas das lideranças e reforçarem a ação pedagógica.

Circular no mundo das ocupações sem a presença das lideranças expõe o agente de pastoral a queixas que a *base* possa compartilhar. Os agentes são depositários de muitas fofocas e intrigas produzidas em torno das lideranças, indicando que o mundo dos *acampamentos* é de uma sociabilidade agonística, no sentido de observação mútua e de mapeamento moral de condutas (COMERFORD, 2003), lógica do desafio e competição por bens materiais e simbólicos, como prestígio e respeito. Isso tem a ver com uma gestão de territórios: de si, do lote, da família. A exposição dos agentes a esse tipo de situações leva-os a avaliar o grau de conflitos internos, sugestivamente chamados por eles de *conflitos entre iguais* – para diferenciar do *conflito* propriamente dito, que se dá contra o Estado, o fazendeiro, a empresa agropecuária ou mineradora –, e a retornarem cobranças ou sugestões de conduta às lideranças.

Se, por um lado, a desconfiança das lideranças tem ancoragem numa sociabilidade agonística e nas histórias que circulam com acusações aos representantes de associações e movimentos, por outro, ela encontra esses mesmos militantes despreparados para lidar com os *conflitos entre iguais*. Na visão dos agentes de pastoral, a fragilidade da mobilização é também fragilidade

das lideranças, falta de formação e de recursos à disposição para fazer *acompanhamento*, o que pressupõe *presença*.

Em resumo: quando os agentes de pastoral classificam um período como de frágil mobilização, eles se lançam na imputação de causas para os fenômenos. Dentre os diagnósticos apresentados, há (i) o crescimento do número de associações, que, estimulado pelas agências estatais anos atrás, provocou uma fragmentação da *base*, e uma desvinculação com as entidades representativas clássicas (os sindicatos). Em termos ecológicos, há uma dispersão dos elementos no espaço, impondo mais obstáculos à articulação, que, por sua vez, é condição de possibilidade para colocá-los em movimento de forma organizada. Os agentes também apontaram: (ii) a má reputação das lideranças, fruto de más experiências de associações na gestão de recursos públicos e das negociações com atores privados, disseminadas por histórias que circulam na região. E há (iii) a fragilidade das próprias lideranças sindicais mais recentes, que não passaram pelo mesmo processo de formação e socialização das antigas. Resta saber ainda como e por quê.

TRANSFORMAÇÕES ENTRE MEDIADORES CONFESSIONAIS E GRUPOS ACOMPANHADOS

> Igor: E, por exemplo, nessa época quando você entrou, em 1994, o trabalho com o sindicato existia?
> Marta: Era bem mais forte. Bem mais forte. Por quê? Porque naquela época era o único movimento que tinha aqui na região. O MST não tinha chegado ainda, né. Então, aqui nessa região sudeste do Pará... eles [MST] já tinham uma experiência lá pra região sul do Pará... Aqui quem de movimento que tinha era o sindicato. E o sindicato era muito atuante, muito forte, que ia mesmo pro front né. Então, assim... toda essa questão era realizada com os sindicatos. A gente não fazia essa luta sozinho, pra ir na (sic) comunidade. Tinha que ir com alguém do sindicato, um representante, né. E o pessoal acreditava muito. Havia essa credibilidade muito grande das comunidades, né.
> [...].

> M: Naquele período, pelo menos, eu não observava isso, até porque, as comunidades... quando eu cheguei na (sic) CPT, as comunidades que a gente acompanhava, o sindicato já tava junto, né. É ocupações, mas que o sindicato já tava acompanhando. Eu não me lembro de nenhuma ocupação que, por exemplo, o pessoal fez ocupação para depois procurar apoio. Naquele período, não, né. (...) A gente visitava as comunidades, né, só que aquelas comunidades já tinha um nivelzinho de organização; já estava ligada ao sindicato, né, já era comunidade... inclusive já tinha comunidade consolidada. (...) O pessoal que estava numa determinada ocupação... Por exemplo, se você começava a formação com um grupo de trabalhadores e trabalhadoras naquela época, chega lá, tem uma área lá, hipótese, tem 60 famílias, então se fosse trabalhar, você trabalhava com as 60 famílias. Então você começava um processo aqui, você chegava no (*sic*) final do processo continuava essas 60 famílias, entendeu? Porque assim... aquele sentimento de pertencer a terra parece que tinha mais força do que hoje, né. [...].
>
> Hoje fica pra lá, aquela coisa muito solta. Se tá organizado, se não tá, vai tocando do jeito que está, e não se preocupam com a organização da base. Essa pra mim é uma diferença de um movimento pra outro, e que eu acho muito complicado, e muito difícil de se chegar a um patamar, pra dizer "não, o movimento sindical vai superar isso daqui dois, três, dez anos". Eu acho que não consegue. [Trechos da entrevista com Marta, realizada em junho de 2018.]
>
> ***

O trabalho com o sindicato era *bem mais forte*. Primeiramente, Marta relacionou-o com a questão da *presença*: o "sindicato já estava junto" quando a CPT chegava. Claro que a forma organizativa da época facilitava: não havia associações, apenas as delegacias sindicais[19] (o delegado sindical era o representante do sindicato na comunidade); não havia concorrência (não existia Fetraf; apenas a Fetagri, no campo sindical). Não só "o sindicato já

19 Ressalto apenas que o nascimento das ocupações não se dava por iniciativa dos sindicatos. Gutemberg Guerra, realizando trabalho de campo com sindicalistas do sudeste do Pará nos anos 1990, notou, através de depoimentos destes que, também nos anos 1980, a prática mais difundida era um grupo *entrar pra terra* antes e procurar apoio depois. Ver Guerra (2013: 85).

estava junto, mas já existia também comunidade *Comunidade* no meio rural amazônico, nas décadas de 1970, 1980 e 1990, são grupos e territórios que integravam as comunidades eclesiais de base (CEBs), como apontaram Maués (2010) e Folhes & Stoll (2014) num estudo histórico-antropológico do termo. Assim, *comunidade* se definia pela filiação religiosa católica de seus membros. Hoje, o termo perdeu essa vinculação. Desse modo, se as áreas em disputas pela posse da terra acompanhadas por sindicato e CPT no início dos anos 1990 "já era comunidade... já tinha comunidade consolidada", significa que eram circunscrições alvo de um trabalho pastoral mais abrangente, para além da pastoral da terra[20].

Há outras evidências, em depoimentos de agentes e em relatos extraídos de comunicações informais, de que, no final dos anos 1990, e sobretudo nos anos 2000, houve uma reterritorialização do *trabalho de base* da CPT. Antes, os grupos em áreas de conflito estavam também em áreas de CEBs. Hoje, os grupos *acompanhados* são *acampamentos* e *ocupações* que muito raramente são CEBs, seja porque, por um lado, houve um decréscimo generalizado no número delas, por mudança na orientação pastoral e na organização eclesiástica de várias dioceses amazônicas, inclusive de Marabá, isolando o tipo de ação pastoral promovido pela CPT, seja pelo concomitante trânsito religioso, e aumento do número de evangélicos pentecostais nessas áreas. Em tempo: visitei ao total 13 das 19 ocupações de terra *acompanhadas* pelas equipes de Xinguara e Marabá. Em todas elas, a maioria dos integrantes era de evangélicos, e em nenhuma havia a prestação regular do culto católico por um sacerdote.

Minha hipótese é que o trabalho do sindicato era mais forte, porque havia uma proximidade entre as múltiplas filiações dos atores presentes entre (i) as áreas *acompanhadas*, (ii) o sindicato e (iii) a pastoral. Havia uma certa

20 E é importante salientar que a CPT, nos anos 1990, trabalhava em algumas comunidades articulada com outras pastorais que também ali faziam *acompanhamento*. A CPT tinha seu projeto de financiamento com a Misereor (organização católica para cooperação internacional), compartilhado com outras pastorais sociais (pastoral da saúde, pastoral da criança, Movimento da Criança e do Adolescente).

homologia de trajetórias e filiações entre lideranças e integrantes da base: a socialização primária na roça, a experiência da migração, a participação nas atividades da igreja (celebrações, marchas, romarias), dentre outras. Há muitos exemplos famosos de lideranças nos anos 1980 que eram, ao mesmo tempo, trabalhadores migrantes, delegados sindicais e animadores de comunidade, termo utilizado para se referir aos responsáveis por animar celebrações na *comunidade* (CEB), na ausência do padre. Dentre eles podem ser citados Raimundo Gringo (São Geraldo do Araguaia), Expedito Ribeiro da Silva (Rio Maria) e Almir Barros (Palestina do Pará), dentre outros.

Isso facilitava o reconhecimento entre si dos membros, o reforço das solidariedades, o "sentimento de pertença" de que tratou Marta, e uma atenuação entre *dentro* e *fora*, que me parece ser uma dicotomia cada vez mais operante: os membros do sindicato – e também dos movimentos, já que nas áreas do MST também se observa este fenômeno – são vistos como de *fora*, o que afeta a legitimidade da autoridade. O risco dessa hipótese é não tanto a idealização, mas a parcialidade. Ela está fundada no ponto de vista de agentes que também só frequentavam grupos de ocupação *acompanhados* por sindicatos cujos membros já tinham uma história de relações com a pastoral. De toda forma, é relevante constatar que agentes associem a força de uma mobilização a um coletivo cujos membros compartilhem filiações[21].

Isso me evoca outra narração para o período, feita por outro agente:

> Quando acompanhava uma comunidade junto com o sindicato, era aquele sindicato com um presidente católico que estava na missa todo domingo; com aqueles sindicatos rebeldes, a relação não era muito boa, não; a relação com sindicato de X não era boa; com o sindicato de Y era bom (*sic*), porque fulano era igrejeiro. A base da CPT eram as CEBs. O MST já existia, mas a CPT não acompanhava. Quem acompanhava era o padre Luiz Murat, que fazia um trabalho pastoral, assistencialista... cesta básica, ver

21 São muito recorrentes as situações em que vi os agentes comentarem que, hoje, a heterogeneidade na composição dos grupos é maior. O esforço de minha etnografia tem sido compreender o que eles entendem por heterogêneo, e por que eles marcam essa diferença com o passado – e me parece que um grau de "heterogeneidade" sempre existiu nas ocupações.

> se as crianças estavam doentes. Eu [Igor] digo que é curioso porque, no sul do país, a CPT já acompanhava o MST. Pergunto: o pessoal da CPT do Pará não sabia que a CPT do Rio Grande do Sul já acompanhava o MST? Não. Segundo Sebastião, as CPTs eram muito autônomas, voltadas para sua realidade regional, e a coordenação nacional da CPT era muito diferente do que é hoje: eram assessores contratados, diferente de hoje, que é uma coordenação que vem da base mesmo. E a coordenação regional também. (...). Quando cheguei aqui, a CPT, além do viés pastoral igrejeiro muito forte, também desenvolvia um trabalho de assistência com comunidades: máquinas de limpar arroz, farinheira, com os colaboradores nacionais e internacionais". "A Marta ficava mais com trabalho interno e também fazia trabalho de campo. Ângelo, que era agrônomo que ficava mais com os projetinhos, introduziu a agricultura e diversificação da produção; e o Roberto fazia mais o trabalho político-organizativo. [Trechos do caderno de campo e de entrevista com Sebastião, junho de 2018.]

Assim, vemos que os grupos acompanhados deixam de ser CEBs, ao mesmo tempo que a CPT – por ora, estamos tratando mais de Marabá do que de Xinguara – vai deixando de ser "igrejeira"; ou seja, sua composição se altera, com redução, e mesmo ausência, de membros participantes do clero regular e secular, tornando-se inteiramente composta por leigos, embora alguns deles conservem pertencimento a comunidades católicas em suas respectivas paróquias, como Marta, e outros, como Sebastião, ex-seminarista, tenham tido passagem pela instituição eclesial.

Para o momento, vale ressaltar que a fragilidade das entidades coletivas de representação (sindicatos e MST), assim descritas pelos agentes, afeta diretamente o *trabalho de base* da pastoral. É preciso notar que as equipes da CPT na Amazônia se organizam para realizar um trabalho de assessoria, diferentemente do que acontece no Nordeste, especialmente em Pernambuco e na Paraíba, onde existem acampamentos com a bandeira da CPT – impensável para os agentes do sul e sudeste do Pará. O que está em jogo é um valor: o respeito ao protagonismo dos trabalhadores. Assim, o trabalho da pastoral deve fomentar, suscitar, encorajar, estimular a criação ou o surgimento de movimentos e entidades representativas, mas não assumir a forma deles.

Num contexto de crise de autoridade representativa, de solidariedades que passam por outros circuitos, onde não necessariamente transitam os agentes de pastoral, são muitas as resistências – no sentido físico do termo – à formação de um coletivo a partir do processo de mobilização, capaz de postular em público ações reivindicatórias com chances de serem recebidas e de repercurtirem.

Por fim, ao que pude observar nos meus registros, os agentes associam dois outros fenômenos como causas da fragilização no processo de mobilização: a aproximação de dirigentes sindicais e de movimentos sociais a atores vindos da política institucional (prefeitos, vereadores, deputados, senadores) e o próprio enfraquecimento das políticas de governo para reforma agrária, com a redução de programas e de orçamento no Incra.

As alianças que os presidentes de associações fazem com atores da política institucional é um meio mais curto e rápido para conseguir o atendimento de uma reivindicação coletiva (por exemplo, reparar as estradas da ocupação) do que o processo de mobilização é capaz de conseguir. Aqui há um típico conflito entre medidas de eficácia e medidas de justiça, nos termos da tensão entre responsabilidade e convicção, classicamente definidos por Weber (2016). Esse conflito é ainda mais dilemático nos casos de ocupações de terra, onde reagir, optar para que a reivindicação se elabore na 'forma mobilização' significa fazer as pessoas esperarem por mais tempo o atendimento da medida, enquanto reproduzem a vida em condições materiais precárias (sofrimento e incerteza)[22].

O contexto de fragilização de sindicatos e movimentos produz dilemas práticos para execução do *trabalho de base* e assessoria da pastoral. Uma mobilização bem-sucedida precisa ser cada vez mais duradora, na medida em que o tempo de espera para criação de assentamentos se alonga. Isso supõe o

22 Isso não quer dizer também que os agentes de pastoral optam pelo mais justo em detrimento do mais eficaz. Não se trata de situações do tipo "tudo ou nada". Os agentes disputam o sentido de eficácia também. Ter medidas atendidas por políticos, dizem, não é eficaz, na medida em que torna a população refém dessa mediação. Essas operações críticas dos agentes enquadram esse tipo de situação como "clientelismo", categoria muito criticada por antropólogos.

reforço contínuo de engajamentos. Mas resistências se oferecem a esse processo: mudança na composição dos grupos, aumento dos conflitos internos, com *venda de direitos*, desmatamento, reconcentração de lotes em ocupações, que precisam ser combatidas ou evitadas por lideranças, sem o apoio necessário das entidades representativas, uma vez que estão fragilizadas pelas razões imputadas acima[23].

CONCLUSÃO: OS IMPASSES DO PRESENTE

Numa tese ainda em desenvolvimento, descrevo como, no período da *luta posseira* até o aparecimento dos *sem-terra*, foi possível construir e estabilizar o problema público da falta de acesso e redistribuição das terras (*reforma agrária*) na região. Não conseguirei entrar nos detalhes da cadeia de mediações que foram necessárias para tornar isso possível. Pelo exposto acima, já é possível perceber como os atores da mobilização e, notadamente, os chamados mediadores tornaram o problema cognitivamente apreensível e, por meio de sua publicização, conseguiram provocar e fazer surgirem ações para resolvê-lo.

O processo de mobilização social, diga-se, é localmente chamado de *luta pela terra*. Entre os atores da mobilização, *luta* é um termo com conotação épica e ética, assim como já foi observado a partir de outros movimentos sociais rurais (COMERFORD, 1999). Muitos interlocutores costumam distinguir *luta pela terra*, por um lado, e *reforma agrária*, por outro. *Luta pela terra* denota o conjunto de ações reivindicatórias de atores não estatais para o acesso e a distribuição das terras, num momento, e garantia de permanência nelas, em outro, uma vez assentados. *Reforma agrária* denota o conjunto de medidas vindo de agências estatais para o atendimento das reivindicações

23 O que leva à personalização do conflito, no caso de lideranças combativas, multiplicando-lhes a ocorrência de ameaças contra a vida. Os agentes destacaram que esse foi o caso de José Cláudio e Maria, assassinados em maio de 2012, no assentamento agroextrativista Praia Alta Piranheira. Na CPT, há um dossiê do caso, com a coleção de denúncias que faziam contra a reconcentração de lotes e desmatamento no assentamento.

mencionadas. Para eles, *luta pela terra* e *reforma agrária* lidam cada uma com sentidos de diferentes de política: política contestatória, para primeira, e política institucionalizada, para a segunda.

Se voltarmos aos dados do Painel dos Assentamentos do Incra para a superintendência de Marabá e percorrermos a tabela dos 514 assentamentos, constataremos que, em sua quase totalidade, eles tiveram origem em ocupações de terra. O que corrobora a tese de Sigaud (2005) de que a sinalização do *conflito* é condição de legitimidade para realização da reforma agrária no Brasil. Muito embora o desenho da política pública de assentamentos tenha permanecido na letra da lei a distribuição, por iniciativa oficial, de terras provenientes do patrimônio público ou privado, após desapropriação e indenização, a inscritos aprovados previamente na lista de "clientes da reforma agrária", essa figura permaneceu largamente como exceção. O que equivale dizer que, mesmo no âmbito das práticas estatais, desde 1985, com a redemocratização, havia um grau de reconhecimento da *luta pela terra* como condição para realizar *reforma agrária*.

Isso também carrega árduas implicações, porque pressupõe a multiplicação de casos de violência no campo para a criação de assentamentos. De fato, Schmink & Wood (2012) demonstraram para o sul e sudeste do Pará como, ao longo de toda a década de 1980, a criação de projetos de reforma agrária acompanhou os casos mais intensos de conflito, com assassinatos de lideranças e, às vezes, chacinas. As áreas eleitas para desapropriação ou arrecadação eram aquelas com disputas mais agudas pela posse da terra. Os diários do padre Ricardo Rezende, que documentaram episódios dessa década para o sul do Pará, mais especificamente, são outra evidência empírica do fenômeno (FIGUEIRA, 2008). Para os anos 1990, já vimos como o maior número de assentamentos criados se deu nos anos seguintes ao Massacre de Eldorado dos Carajás.

Agora podemos apreender melhor a associação necessária feita por Sula entre as duas singularidades do sul e sudeste do Pará: "é a região com mais assentamentos de reforma agrária no Brasil", e "uma das que mais têm lideranças assassinadas também". Tudo isso conheceu uma continuidade no

processo local de mobilização social até o início dos anos 2000. O que a historicização dos agentes de pastoral e a definição do presente como de fragilização indicam é, no entanto, uma ruptura. A ruptura está na disjunção do que antes era indissociável. No contexto de fragilização, não deixam de existir ocupações de terra, mas elas se prolongam sem saída, e multiplicam-se os conflitos quanto mais dura a situação de incerteza e sofrimento.

Isso mina a possibilidade de construção de um problema público, como antes. Seus pré-requisitos, uma vocalização da demanda, por um lado, e uma audibilidade, por outro, não podem ser atendidos. A vocalização depende da formação de coletivos, que se tornam inviáveis ao passo que cresce a dispersão dos atores das ocupações, a instabilidade das lideranças, e a falta de *acompanhamento* e proteção tanto pela rede de solidariedade tradicional (parentesco e vizinhança)[24] como do Estado (com redução ou eliminação de políticas assistenciais a famílias acampadas) e da própria mobilização (sindicatos e movimentos). O *abandono* é terreno para reprodução de assimetrias, assujeitando ocupantes e acampados a práticas predatórias (desmatamento, compra e venda de lotes de ocupação) e dependência a madeireiros, fazendeiros, grileiros, garimpeiros, e/ou atores da política institucional.

Por outro lado, as demandas são cada vez menos audíveis por parte das agências estatais, pelo desmonte que sofreram nos últimos anos, com redução drástica de orçamento em anos sucessivos, falta de recursos humanos e enfraquecimento de canais como a Ouvidoria Agrária Nacional, que, mesmo limitada já antes, ajudava na construção dos problemas públicos em torno das disputas pela posse da terra na região. Sem mencionar os elementos da política local, com realinhamento de alianças entre técnicos e gestores dessas agências e atores privados (empresas agropecuárias, mineradoras e fazendeiros).

24 Estou ciente de que esse é um argumento que necessita de maior especificação. A proteção, através das relações de parentesco, amizade e vizinhança, contra situações de incerteza e sofrimento continuam operando, mas para além das áreas de ocupação. Seu circuito passa também pela *rua*, na denominação local. O que quero destacar é que as relações de parentesco e vizinhança dentro das próprias ocupações tendem a se enfraquecer na medida em que nem todos os membros de um mesmo grupo aguentam ficar muitos anos esperando a criação do assentamento, e há essa circulação de 'estranhos' pela compra e venda de direitos.

Pelas narrações de agentes de pastoral, é possível entender como política contestatória e violência se combinaram na região para avançar a *luta pela terra* e *reforma agrária*. A memória desses processos expõe algumas condições necessárias para garantir o sucesso das reivindicações. Tendo-as em mente, e observando a situação atual, essas condições não apenas não estão mais reunidas, como deixaram de ser necessárias. Com a disjunção entre política e violência, o que parece primar é a violência, sem a contrapartida de uma contestação local forte para lhe fazer face. Este é o impasse vivido e pensado pelos atores da mobilização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, José Batista Gonçalves. *O Massacre de Eldorado dos Carajás e a luta do movimento camponês pela terra no sul e sudeste do Pará*. 2016. 174p. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Marabá: Unifesspa.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Conflito e mediação*: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado. 1993. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: MN/UFRJ.
ALMEIDA, Rogério. *Araguaia-Tocantins*: fios de uma hisótria camponesa. Marabá: Fórum Carajás, 2006.

ASSIS, William dos Santos. *A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense*. 2007. 242f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ICHS/UFRRJ.

_____. "Mobilização camponesa no sudeste paraense e luta pela reforma agrária". In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de & PAULILO, Maria Ignez (orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas*: condições, dilemas e conquistas. Volume 2. São Paulo: Edunesp; Brasília: Nead, 2009. p. 113-138.

CEFAÏ, Daniel. "La construction des problèmes publics. Définitions de situations dans des arènes publiques". *Réseaux – Communication – Technologie – Société*, v. 14, n. 75, p. 43-66, Paris, 1996.

_____. Públicos, problemas públicos, arenas públicas: o que nos ensina o pragmatismo (parte 1) . Tradução de Rosa Freire DAguiar.*Novos Estudos Cebrap*, v. 36, n. 1, p. 187-213, São Paulo, 2017.

COMERFORD, John Cunha. *Fazendo a luta*: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará/UFRJ – Núcleo de Antropologia Política, 1999. (Coleção Antropologia da Política, 5)

_____. *Como uma família*: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume Dumará/UFRJ – Núcleo de Antropologia Política, 2003.

DA MATTA, Roberto & LARAIA, Roque de Barros*Índios e castanheiros*: a empresa extrativa e os índios do Médio Tocantins. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DEWEY, John. "Le public et ses problèmes". Traduit de l'anglais par Joëlle Zask. *Hermès, la Revue*, v. 31, p. 77-91, Paris, 2001.

ESTERCI, Neide. *Conflito no Araguaia* : peões e posseiros contra a grande empresa. Petrópolis: Vozes, 1987.

GEERTZ, Clifford. "Form and variation in Balinese village structure". *American Anthropologist*, v. 61, n. 6, p. 991-1.012, Arlington, December, 1959.

GUSFIELD, Joseph. *La culture des problèmes publics. L'alcool au volant : la production d'un ordre symbolique*. Traduit de l'anglais par Daniel Cefaï. Paris: Economica, 2009. (Collection Études Sociologiques)

GUTERRES, Anelise dos Santos. "O rumor e o terror na construção de territórios de vulnerabilidade na zona portuária do Rio de Janeiro". *Mana*, v. 22, n. 1, p. 179-209, Rio de Janeiro, abril, 2016.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende.*Rio Maria* : canto da terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GUERRA, Gutembergue. *O posseiro da fronteira*: campesinato e sindicalismo no sudeste do Pará. Belém: Paka-Tatu, 2013.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.

HÉBETTE, Jean.*A resistência dos posseiros no Grande Carajás*. Belém: UFPA/Naea, 1986.

HENRY, Emmanuel. "Construction des problèmes publics". In: FILLIEULE, Olivier; MATHIEU, Lilian & PÉCHU, Cécile (orgs.). *Dictionnaire des mouvements sociaux* . Paris: Presses de Sciences Po, 2009. p. 146-154.

IANNI, Octávio. *A luta pela terra* : história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978.

LATOUR, Bruno. *Changer de société, refaire de la sociologie* . Paris: La Découverte, 2006.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. "O tempo da fronteira: retorno à controvérsia histórica sobre o tempo da frente de expansão e da frente pioneira". *Tempo Social* , v. 8, n. 1, p. 25-70, São Paulo, 1996.

MATHIEU, Lilian. *L'espace des mouvements sociaux* . Bellecombe-en-Bauges: Éditions du Croquant, 2012.

MAUES, Raymundo Heraldo. "Comunidades 'no sentido social da evangelização': CEBs, camponeses e quilombolas na Amazônia oriental brasileira". *Religião & Sociedade*, v. 30, n. 2, p. 13-37, Rio de Janeiro, 2010.

MENEZES, Palloma Valle. "Os rumores da 'pacificação': a chegada da UPP e as mudanças nos problemas públicos no Santa Marta e na Cidade de Deus" *Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 7, n. 4, p. 665-684, Rio de Janeiro, 2014.

PEREIRA, Airton dos Reis. "A Igreja Católica, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Estado: mediação e conflito no Araguaia paraense". *Ruris*, v. 2, n. 2, p. 99-136, Campinas, setembro, 2008.

_____. *Do posseiro ao sem-terra*: luta pela terra no sul e sudeste do Pará. Recife: EdUFPE, 2015.

PETIT, Père. *Chão de promessas*: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PINA-CABRAL, João de. "World: na anthropological examination (part 1)". *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, v. 4, n. 1, p. 49-73, London, 2014.

ROCHA, André Carlos. *O MST e a luta pela terra no Pará*. Marabá: Iguana, 2015.

SCHMINK, Marianne & WOOD, Charles H. *Conflitos sociais e a formação da Amazônia*. Tradução de Noemi Miyasaka Porro e Raimundo Moura. Belém: EdUFPA, 2012.

SIGAUD, Lygia. A forma acampamento: notas a partir da vers ão pernambucana. *Novos Estudos Cebrap*, v. 58, p. 73-92, São Paulo, 2000.

_____. "As condiçõ es de possibilidade das ocupações de terra". *Tempo Social*, v. 17, n. 1, p. 255-280, São Paulo, 2005.

STOLL, Émilie & THEOPHILO FOLHES, Ricardo. "La (dés)illusion communautaire. De l'ambivalence de la notion de communauté em Amazonie brésilienne". *Journal de la Société des Américanistes*, v. 100, n. 2, p. 73-103, Nanterre, 2014.

VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de expansão e estrutura agrária*. Rio de Janeiro: Jor - ge Zahar, 1973.

WEBER, Max. *Concepts fondamentaux de sociologie*. Traduit de l'allemand par Jean-Pierre Grossein. Paris: Gallimard, 2016.

Fontes documentais

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra. Incra nos Esta - dos: informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. *Conflitos no Campo*: Brasil 2014. Goiânia: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 2014.

_____. *Conflitos no Campo*: Brasil 2015. Goiânia: Centro de Documentação Dom To - más Balduino, 2015.

_____. *Conflitos no Campo*: Brasil 2016. Goiânia: Centro de Documentação Dom To - más Balduino, 2016.

_____. *Conflitos no Campo*: Brasil 2017. Goiânia: Centro de Documentação Dom To - más Balduino, 2017.

_____. *Conflitos no Campo*: Brasil 2018. Goiânia: Centro de Documentação Dom To - más Balduino, 2018.

_____. *Conflitos no Campo*: Brasil 2019. Goiânia: Centro de Documentação Dom To - más Balduino, 2019.